



Contribuição teórico- metodológica para o estudo da rede de agentes envolvidos na requalificação urbana em bairros

Theoretical-methodological contribution for the
study of the network of agents involved in the
urban requalification in downhill

*Michelle Nascimento da Silva, PROPUR, UFRGS, e-mail:
michelly_ufrgs@hotmail.com.*

RESUMO

O presente estudo busca fornecer contribuição teórico-metodológica ao conceito de rede aplicado aos estudos urbanos, mais precisamente, aos estudos voltados à rede de agentes envolvidos na requalificação urbana em bairros a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Para tanto, inicialmente, será apresentada uma breve noção a cerca da construção do objeto científico segundo Bachelard e Bourdieu. Após, versar-se-á sobre requalificação urbana, agentes envolvidos e participação. Por fim, abordaremos o método de pesquisa associado ao estudo de redes proposto por Latour e suas contribuições mais recentes, voltando-as para os estudos junto à rede de agentes envolvidos na requalificação do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS.

Palavras Chave: Epistemologia, Teoria Ator-Rede (TAR), requalificação urbana, bairro, Cidade Baixa

ABSTRACT

The present study seeks to provide a theoretical-methodological contribution to the network concept applied to the urban studies, more precisely, the studies directed to the network of agents involved in the urban requalification in neighborhoods based on Bruno Latour's Theory-Actor Network (ANT). For this, initially, a brief notion about the construction of the scientific object according to Bachelard and Bourdieu will be presented. After, it will be about urban requalification, involved agents and participation. Finally, we will approach the research method associated with the study of networks proposed by Latour and his most recent contributions, returning them to the studies with the network of agents involved in the requalification of the Cidade Baixa neighborhood in Porto Alegre / RS.

Keywords: Epistemology, Actor-Network Theory (ANT), urban regeneration, neighborhood, Cidade Baixa

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fornecer contribuição teórico-metodológica ao conceito de rede aplicado aos estudos urbanos, mais precisamente, aos estudos voltados à rede de agentes envolvidos na requalificação urbana em bairros a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour. Os usos do conceito de rede em Latour estão intrinsecamente ligados ao que ele denomina “antropologia da modernidade”, isto é, à antropologia simétrica (Latour, 1994).

Segundo Latour (1994), dentro da história das ciências existe uma tendência a estudar verdades e erros científicos em patamares diferentes. Ambos deveriam ser vistos como produções relacionadas ao contexto social que lhe cerca; contudo, na epistemologia mais tradicional, apenas as hipóteses descartadas são vistas como influenciadas pela sociedade, ao passo que a verdade parece ser continuamente conquistada pela força inquestionável das evidências. Portanto, Latour se dispõe a compreender como os fenômenos naturais e sociais (híbridos) surgem nas comunidades de cientistas, a partir de mediadores humanos e não humanos.

Este trabalho inicia com uma breve exposição da noção sobre a construção do objeto científico segundo Bachelard (1996) e Bourdieu (1999). Após, versa a respeito da requalificação urbana e os agentes envolvidos nela. Por fim, de forma exploratória, aborda o método de pesquisa associado ao estudo de redes proposto por Latour (1994) e suas contribuições mais recentes, voltando-as para os estudos junto à rede de agentes envolvidos na requalificação do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS.

DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO CIENTÍFICO

Ao esboçar a noção de obstáculos epistemológicos, Bachelard (1996) propõe uma psicanálise do conhecimento, em que o seu progresso é avaliado por meio de suas condições psicológicas. São por meio dos obstáculos epistemológicos, conforme Bachelard (1996), que se avaliam as condições psicológicas do progresso científico. Para Gaston Bachelard:

É aí que mostraremos causas de estagnação e até de regressão, detectaremos causas da inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos (...) o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização. (Bachelard, 1996, p.17).

A noção de obstáculo epistemológico é essencial para que haja o desenvolvimento do conhecimento na esfera das pesquisas. É na superação destes obstáculos que uma pesquisa científica pode lograr êxito. Entretanto, condição fundamental para a superação dos obstáculos, é a consciência por parte dos cientistas de que eles existem e que, se não neutralizados, podem afetar o processo da pesquisa. Conforme Bachelard (1996), o senso comum, enquanto uma das formas de obstáculo epistemológico está associado nomeadamente à dificuldade que o cientista social tem em separar o seu conhecimento comum do conhecimento teórico-científico, o qual necessita estar comprometido com a busca da verdade, baseada em conceitos e não em preconceitos. A utilização consciente da “construção do objeto científico” faz com que o cientista se aproxime da verdade do seu objeto.

A primeira característica do objeto científico, segundo Bachelard, é que ele não é oferecido pela natureza, em continuidade com esta, mas, antagonicamente, é construído pelo cientista. Isso é, na prática científica, o cientista precisa romper com o senso comum e, por conseguinte, com os objetos oriundos desse tipo de conhecimento. Ao passo que o empirismo preconiza métodos de observação e medição diretos, em conformidade com as experiências comuns imediatas, o racionalismo preconiza a necessidade de uma aproximação à luz de uma teoria de fundo. Enquanto o primeiro olhar satisfaz o empirista, o racionalista propõe um olhar vigilante, o qual corrige a experiência primeira. Deste modo, rompe-se, na prática científica, com a vida comum. Assim, o apego ao realismo deve ser substituído pela vigilância epistemológica do cientista, ou seja, pelo esforço constante para esquivar-se do empirismo, do realismo e do senso comum na atividade científica.

O método científico proposto por Gaston Bachelard não pode ser confundido com os conhecidos manuais de metodologia, que reconhecem, mediante o apelo à coerência, um enfoque restrito no qual os cientistas se limitam a eleger um caminho metodológico e segui-lo da forma mais devotada possível. Antagonicamente a isso, em Bachelard (1996), os métodos devem evoluir e se ajustar de acordo com as especificidades do objeto, considerando-se continuamente a necessária vigilância e rigor na atividade científica. O rigor científico, para Bachelard (1996) não pode ser confundido com rigidez metodológica, que pode trazer limitações para a pesquisa científica.

Apresentando como referência a “construção do objeto científico” de Gaston Bachelard, Bourdieu (1999) mostra uma síntese da sua metodologia. É possível depreender que o objetivo de Bourdieu é aplicar à pesquisa sociológica os princípios bachelardianos, já explicitados.

Bourdieu (1999) compartilha do mesmo pressuposto epistemológico que Bachelard, isto é, afirma que o conhecimento parte do teórico para o empírico. Bourdieu utiliza-se do mesmo universo teórico bachelardiano da ruptura do conhecimento científico com o conhecimento comum que, no caso da Sociologia, implicaria na ruptura com a sociologia espontânea. Bourdieu ressalta a importância da reflexão filosófica que o pesquisador deve ter em relação a sua prática científica, adotando os princípios de Bachelard. Nas suas palavras:

Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, ‘próximo, isto é, retificado’. (Bourdieu, 1999, p.17).

Bourdieu revela-se comprometido com o espírito científico de busca contínua da verdade, mesmo esta podendo ir de encontro com a realidade do senso comum. Esta realidade, em si, não representa a verdade, mas, ao contrário, está imbuída da ideologia dominante na sociedade, materializada em significativa parcela da vida comum.

A primeira característica do objeto sociológico, segundo a perspectiva de Bourdieu, é a diferença entre o objeto sociológico e os objetos das ciências físicas e naturais. Enquanto nas ciências físicas e naturais há um nítido limite entre o pesquisador e o objeto, já nas ciências sociais, estes se confundem, por serem ambas as partes da sociedade e por nela tomarem determinadas posições. Para que isso não exerça influência sobre as análises e os resultados das pesquisas sociais, Bourdieu sugere, como Bachelard, a “vigilância epistemológica”. Nas suas palavras:

A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é

mais imprecisa do que alhures [...] a familiaridade do universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência [...] O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. (Bourdieu, 1999, p.23).

Além da vigilância epistemológica, para Bourdieu, é necessário situar o objeto de pesquisa em uma problemática teórica, ou seja:

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, ele só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada (Bourdieu, 1999, p.48).

A construção do objeto científico em Bourdieu (1999) e Bachelard (1999) coloca em exercício a aptidão do cientista em entender a complexidade existente na compreensão científica do objeto de pesquisa. A relacionalidade intrínseca ao objeto necessita que haja por parte do cientista a flexibilização na utilização dos métodos de pesquisa, o que faz Bourdieu convocar os sociólogos a lutarem contra o rigor metodológico. O objeto sociológico é um objeto relacional e multiplamente determinado, continuamente com a ressalva da vigilância e reflexão do cientista na aplicação dos métodos ao caso específico estudado.

O pensamento relacional, apontado por Bourdieu como “pensamento analógico”, é o principal veículo do habitus científico das ciências sociais, que tem no método comparativo o procedimento principal na construção do objeto sociológico. Cabe ressaltar que analogia e semelhança não podem ser confundidas. Em suas palavras:

Partindo da confusão entre a simples semelhança e a analogia, relação entre relações que deve ser conquistada contra as aparências e construída por um verdadeiro trabalho de abstração e por meio da comparação conscientemente operada, os modelos miméticos, que se limitam a apreender as semelhanças exteriores, opõem-se aos modelos analógicos que visam reaprender os princípios ocultos das realidades que interpretam. (BOURDIEU, 1999, p.69).

É nesse tipo de pesquisa que o objeto é construído e emerge contra a realidade do senso comum, da ideologia dominante.

DA REQUALIFICAÇÃO URBANA, AGENTES ENVOLVIDOS E PARTICIPAÇÃO

A requalificação urbana é avaliada como um seguimento fundamental nas intervenções urbanas, permitindo uma instrumentalização no tecido físico e social, ou seja, viabiliza a (re)criação de uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. Neste sentido, com o escopo de afirmar sua individualidade e características distintas, promovendo a modernização do sistema urbano local e seu desenvolvimento na esfera econômica, política ou psicossocial (Ocke E Ikeda, 2014), cada localidade vem buscando diferenciar-se das demais. Eventos dessa natureza vêm sendo realizados através de um modelo de planejamento que, de acordo com o entendimento de senso comum, incluiria a participação da sociedade no processo de decisão, que além de fazer com que os agentes atuem de forma a atender as necessidades da população, faz com que os cidadãos se comprometam com a sua execução.

A difusão desse modelo pode ser verificada a partir da inclusão de um modelo de construção através da participação, conforme preconiza o Estatuto das Cidades. Em seu capítulo IV, para que

haja a gestão democrática das cidades, o Estatuto da Cidade exige que o planejamento urbano tenha efetiva participação popular, indicando quatro instrumentos: os órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Brasil, 2002). Entretanto, esse formato de gestão democrática ainda apresenta limitações quanto à participação efetiva de todos os agentes envolvidos, o que implica em atender as necessidades apenas de alguns grupos privilegiados.

Situando-se enquanto um contra-argumento ao modelo de planejamento estratégico de marketing aplicado aos lugares, na qual se verifica uma intensa necessidade de atrair públicos externos, nasce uma vertente crítica de estudos urbanos que questiona o papel ideológico que o marketing do lugar desempenha nas sociedades capitalistas (Harvey, 1996). O papel desempenhado pelas políticas de marketing urbano junto às intervenções de desenvolvimento urbano vem sendo identificado segundo essa vertente, como responsável pelo surgimento da chamada cidade-mercadoria e do mercado mundial de cidades. Nesse sentido, Sánchez (2010) demonstra que a redução-síntese da cidade a uma imagem de mercado constitui um ato de violência (simbólica) que desconhece ou apaga as múltiplas outras imagens e representações possíveis da cidade. A engenharia do consenso, em prol de uma suposta unidade identitária, acarretaria na subtração de parte da diversidade que é própria das cidades, visto que viabiliza a participação cidadã apenas de maneira representativa, passiva e legitimadora (Sanchez, 2010). Por sua vez, Acselard (2009), critica o surgimento e a adoção como 'natural' de um modelo único de gestão urbana e ambiental. Acselard (2009) recusa aceitar, dentre outras tendências, as alternativas de gestão associadas ao Planejamento Estratégico e ao marketing dos lugares, que vem sendo caracterizado por um pensamento único (VAINER, 2000) como exclusivo caminho para o futuro das cidades e da gestão urbana, ou seja, aquele que privilegia os interesses das classes dominantes.

As críticas voltadas ao marketing dos lugares parecem estar mais associadas à perspectiva promocional dos lugares para fins de transformar as cidades em mercadorias e à participação limitada dos cidadãos nos processos de planejamento urbano. Segundo Ocke e Ikeda (2014), as estratégias e as práticas do marketing do lugar são consideradas importantes ferramentas para a gerência das trocas que ocorrem no âmbito territorial com vistas ao desenvolvimento socioeconômico das localidades por meio das técnicas de marketing. Entretanto, os processos de planejamento deveriam envolver a participação da população de forma efetiva, ativa e transformadora (Sánchez, 2010).

Nesta esteira, Souza (2011), em seu livro "Mudar a Cidade" busca apresentar e discutir alternativas de participação popular no planejamento e gestão urbanos. Souza (2011) afirma que o desenvolvimento sócio-espacial é entendido como uma mudança social positiva e que o conteúdo dessa mudança, todavia, é tido como não devendo ser definido a priori, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos.

No Brasil, o debate a respeito da participação popular no planejamento urbano ganhou amplo destaque após a aprovação de Lei Federal 10.257 de Julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade, regula o capítulo da política urbana da Constituição Federal nos seus artigos 182 e 183 e delinea regras gerais para a participação popular e introduz instrumentos, como as audiências públicas, com o objetivo de ampliar a participação da população em processos de planejamento e gestão do espaço urbano (Brasil, 2002).

Entretanto, ainda que o Estatuto da Cidade evoque a participação popular, correntes críticas apontam que a participação por parte dos cidadãos tem sido aquém do esperado e nem sempre a qualidade dessa participação é garantida (Villaça, 2005). Além disso, que a participação prevista no estatuto em tela “serve mais para a validação e legitimação sob o selo democrático de práticas definidas como desejáveis por setores hegemônicos” (Randolph, 2007, p. 3).

Desta forma, faz-se necessário qualificar os processos participativos. As características heterogêneas da população envolvida exigem técnicas e metodologias que criem as condições para o debate consistente. De acordo com o mencionado pelo Ministério das Cidades (2004, p. 45):

Os instrumentos contidos no Estatuto, não são suficientes, por si sós, para fazer falar muitos cidadãos que, ao longo dos anos, introjetaram atitudes de submissão, ou foram longa e duramente discriminados socialmente. Portanto, devem-se estabelecer outras formas de participação, em todas as etapas.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) foi uma das cidades que adotou novos padrões de planejamento e ações para adequar a administração pública aos padrões de gerenciamento empresariais, passando a utilizar as ferramentas de marketing do lugar e Planejamento Estratégico para gerir a cidade. Os conceitos que orientam o processo estão baseados na configuração do Processo de Gestão da Estratégia Orientado a Resultados adaptados para as características das organizações públicas (PMPA, 2014). Um dos objetivos de seus programas estratégicos voltados para o eixo ambiência é efetuar a ampliação das vantagens competitivas locais.

No bairro Cidade Baixa, por exemplo, a prefeitura formaliza seu projeto de revitalização mediante o decreto 19.076 de 07/07/2015, o qual cria o Polo Gastronômico, Cultural e de Entretenimento Noturno (PMPA, 2015). Essa legislação municipal busca acelerar o ritmo de desenvolvimento no bairro, com perspectivas de geração de emprego e renda. Para isso, oferece incentivo à atividade comercial e às atividades agregadas com a qualificação dos serviços oferecidos.

Ao adotar o planejamento estratégico para desenvolvimento das cidades, o poder público local lança o seu território em uma disputa econômica em escala global, fazendo com que parte de suas características se globalizem (Smith, 2006). Nesse prisma, os projetos estratégicos nas áreas centrais urbanas buscam torná-las mais competitivas em relação às outras cidades, podendo comprometer certas características em determinada localidade em detrimento de outras com maior potencial competitivo. Ao estudar a rede de agentes envolvidos nesses processos em escala de bairro, abre-se uma oportunidade de incluir a comunidade no processo de planejamento urbano dos bairros de modo a equacionar tensões e melhor gerenciar as características locais que são importantes para ela.

O entendimento das necessidades e expectativas da rede de agentes envolvidos nos processos de requalificação urbana em escala de bairro poderia representar importante ponto de partida para encontrar oportunidades de melhoria e, assim, contribuir para aperfeiçoamento do ambiente construído e incremento da participação cidadã sob uma perspectiva alternativa. Isso, pois, progressivamente o poder público vem recorrendo às parcerias público-privadas para efetuar melhorias nos bairros localizados nas áreas centrais da cidade, o que, conseqüentemente, implica em uma complexa rede de agentes com interesses e necessidades incompatíveis. Nesse sentido, o método de análise de redes poderia enriquecer o debate e superar as eventuais lacunas observadas nos resultados das pesquisas presentes na literatura. Nesse sentido, essa técnica também poderia contribuir nos estudos relacionados à percepção dos usuários no ambiente

construído dos bairros, uma vez que busca compreender as tensões existentes entre distintos agentes envolvidos nesse processo.

DA TEORIA ATOR-REDE DE BRUNO LATOUR

Atualmente, No tocante à análise de redes, área da antropologia, algumas pesquisas vêm adotando a Teoria Ator Rede (TAR) de Bruno Latour (2012) nos estudos urbanos (Fariás e Bender, 2010; Fleury, 2013). A TAR se caracteriza por considerar a agência não só dos humanos, como nos estudos sociais, mas também dos não-humanos (Latour, 2012). Ao invés de utilizarem a denominação 'ator' para os agentes não-humanos, a TAR defende o uso da palavra 'actante' para referir-se a todos aqueles que são capazes na agência (Latour, 2012). Dessa forma, objetos e quase objetos são elementos capazes de "autorizar, permitir, produzir, encorajar, consentir, sugerir, influenciar, bloquear, retribuir e proibir" (Latour, 2012: 72). Na TAR, o conceito de sociedade é substituído pelo coletivo de humanos e não-humanos os quais se associam constituindo redes, mais especificamente, atores-rede, em um processo contínuo de transformação de interesses.

Dentre os conceitos derivados da TAR, o de controvérsias apresenta particular importância face seu potencial para equacionar tensões entre as partes envolvidas em um evento. Segundo Venturini (2010) as controvérsias são situações nas quais os atores discordam. A noção de discordância para Venturini (2010) deve ser tomada no sentido mais arrojado: controvérsias iniciam no momento que os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e as controvérsias terminam quando os atores conseguem ter um concreto compromisso de conviverem juntos. Em outras palavras, qualquer coisa entre esses dois extremos pode ser considerada uma controvérsia. Segundo o mesmo autor, o estudo das controvérsias consistiria na melhor forma de observar a construção da vida social.

Na Análise de Redes Sociais (ARS), a Teoria Ator-Rede (TAR) de Latour (2012) vem sendo utilizada como estratégia para identificar os fluxos de informações existentes entre os atores ao invés de grupos. A TAR compreende que um social enrijecido não pode dar conta de instabilidades. Em situações de fortes controvérsias, por exemplo,

A (...) em que são incertas as fronteiras dos grupos, nas que flutuam a variedade de entidades a considerar, a sociologia do social já não é capaz de rastrear as novas associações dos atores (...): Já não é suficiente limitar os atores ao rol de informantes que oferecem casos de alguns tipos muito conhecidos. Há que restituir-lhes a capacidade de criar suas próprias teorias do que compõe o social (Latour, 2012:27).

A direção é dada pelos próprios atores. A ordem é trazida pelo próprio desdobramento das controvérsias em que estes estão envolvidos. Faz-se necessário rastrear as suas articulações controvertidas sem procurar impor-lhes um sentido a priori. A busca de padrões:

(...) É comparável ao que faz um cartógrafo ao tratar de registrar a forma de uma costa estranha em um pedaço de papel. (...) Do mesmo modo, a TAR sustenta que é possível rastrear relações mais robustas e descobrir padrões mais reveladores ao encontrar a maneira de registrar os vínculos entre marcos de referência instáveis e mutantes em vez de tratar de manter estável um marco (Latour, 2012: 43).

A cartografia de controvérsias, método desenvolvido por Latour (2012), por sua vez, é utilizada para explorar e visualizar questões referentes ao social. O termo controvérsia está associado às incertezas que são compartilhadas, isto é, quando há acordo em relação ao desacordo. Esse

espaço de negociação e conflitos representa a circunstância apropriada aos estudos da TAR, visto que nele a vida coletiva é feita e desfeita.

Considerando que a área ambiente-comportamento possui caráter multidisciplinar (REIS e LAY, 1995) e que tem como objetivo pesquisar as relações existentes entre as características físico-espaciais do ambiente construído e o comportamento dos indivíduos mantendo interfaces com diferentes ciências, tais como: arquitetura, psicologia, planejamento urbano, engenharia, sociologia, geografia, antropologia, psiquiatria entre outras (Lay, 1992; Reis e Lay, 1995); a análise de redes sociais poderia contribuir nas pesquisas relacionadas à requalificação do espaço urbano. Ao considerar as redes sociais em estudos dessa natureza, é possível analisá-los a partir das relações objetivas entre as forças dessas redes e sua justaposição sobre as dinâmicas locais, o que poderia trazer maior compreensão sobre a percepção dos usuários no espaço urbano. Pois, segundo Lynch (2010), o sentido atribuído ao que se percebe pode variar entre os diversos observadores e essas diferenças dependem de suas características individuais e dos conhecimentos, aprendizagens e preferências que são de natureza social.

Tais estudos poderiam contribuir para um planejamento em escala de bairro mais participativo, uma vez que teria como foco a rede de agentes envolvidos no evento, ao invés de restringirem-se às demandas de parte desses agentes. Ainda, poderiam subsidiar a definição de metas para a gestão (urbana) do bairro, apresentando potencial para auxiliar na definição das prioridades ao que se refere às intervenções urbanas que pudessem conferir melhorias para seus usuários, gerando mais valor ao território em escala de bairro.

DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa a ser utilizada na Investigação será o estudo de caso junto às redes sociais envolvidas no evento de qualificação do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. De acordo com Becker (1999), o termo estudo de caso foi usado inicialmente pela tradição dos estudos médicos e psicológicos, onde o termo se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma dada doença.

Nas ciências sociais, o estudo de caso passou a ser considerado como uma forma de estudar e analisar intensamente, de forma exploratória, explanatória ou descritiva alguma unidade social, a qual pode ser identificada por meio de uma organização, um indivíduo isolado ou em conjunto, uma comunidade, um programa ou um projeto de desenvolvimento em num certo período de tempo, cabendo ao pesquisador fazer referência a um acontecimento especial, uma mudança política, algum tipo de conflito, enfim, um fenômeno recente que mereça especial atenção.

A escolha do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre foi definida a partir da necessidade de apresentar de maneira ampla a percepção de valor no bairro a partir das controvérsias (Latour, 2012) no interior dessas redes. Com o mapeamento das redes de agentes envolvidos no evento e a identificação de suas principais controvérsias internas, entende-se que haveria subsídios importantes a serem considerados em situações de participação cidadã.

CARTOGRAFIA DAS CONTROVÉRSIAS

A cartografia das controvérsias consiste em um processo investigativo baseado na metodologia da cartografia proposta por Latour (2012) a partir da Teoria Ator-Rede (TAR). Pretende-se, através desta metodologia ir a campo, coletar os dados e organizá-los de maneira a mapear as

controvérsias em torno do evento escolhido para estudo – a qualificação urbana em bairros – dentre as quais se destaca o fenômeno do empresariamento urbano.

Para o desenvolvimento desse mapeamento, será considerada como recorte, a ação de qualificação urbana direcionada ao bairro Cidade Baixa em Porto Alegre – Polo Gastronômico, Cultural e de Entretenimento. A tarefa será reconhecer atores, ações, discursos e associações (parcerias) existentes em torno da qualificação do bairro; de modo a retrazar o processo no tempo, numa composição formal em rede - o mapa. A partir disso, verificar-se-á a emergência das controvérsias que servirão como ponto de partida para a análise.

Após a coleta dos dados, pretende-se iniciar a tarefa de organização dos mesmos, a fim de facilitar o rastreamento das controvérsias. Para isso, será construído um inventário de pesquisa a partir de: documentos (notícias de diferentes meios de comunicação; legislação); observação participante (diário de campo) e entrevistas realizadas com os agentes envolvidos no evento – representantes do Comitê Gestor do Polo Gastronômico, Cultural e de Entretenimento e seus representados. A saber: agentes do poder executivo municipal, empresários e moradores.

Após a conclusão dos inventários de pesquisa, o passo seguinte constituirá na construção do mapa. Trata-se da representação gráfica do que poderíamos chamar de uma leitura do processo qualificação do bairro. A construção do mapa seguirá quatro passos:

a) Apresentação das controvérsias

Inicialmente buscar-se-á explicitar as controvérsias em torno do evento - a qualificação urbana em bairros, a partir da experiência do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. Com essas controvérsias, pretende-se tornar perceptível, graficamente, a rede de atores e o fluxo de suas ações, considerando as diferentes posições (“papéis”) e associações (parcerias) além do momento (fase da qualificação) e o meio onde elas se desenvolvem.

b) Identificação dos atores

Atores-indivíduos: agentes do poder público, empresários e moradores. Atores-instituições: Estado (instância municipal - Prefeitura); empresas; associações e organizações de bairro. Atores-não humanos: legislação, documentos, normas, reportagens, projeto de requalificação.

c) Diagrama ator-rede

Trata-se um diagrama interpretativo que retrata cada etapa do processo, expondo a rede de atores e associações (parcerias) em torno das controvérsias desencadeadas pelo evento em estudo.

d) Análise:

Depois de coletados os dados, sendo parte deles organizados na forma de mapas, inicia-se a fase de análise. Trata-se da construção de uma interpretação a partir da qualificação do bairro escolhido para estudo: Cidade Baixa em Porto Alegre. Sob tal abordagem, os mapas, que podem ser traduzidos como a leitura de um processo, deixa de ser uma síntese estática para se configurarem como uma construção social dinâmica e flexível. Admitir a transitoriedade das associações (parcerias) e a possibilidade da mudança, do movimento e da interconexão; condição própria dos processos sociais configura-se como uma tarefa muito mais importante nesse tipo de construção do que a busca equivocada por verdades absolutas e definitivas.

CONCLUSÕES

Esse artigo buscou elencar contribuições teórico- metodológicas para o estudo da rede de agentes envolvidos na requalificação urbana em bairros. O esforço em aplicar a TAR dentro do ambiente urbano em escala de bairro tem potencial para contribuir para a avaliação e monitoramento continuado de projetos de requalificação urbana com importantes impactos sociais, econômicos e ambientais no contexto urbano. A partir do mapeamento das redes, foi possível identificar a grande complexidade que está associada ao mapeamento de redes no ambiente construído em escala de bairro.

REFERÊNCIAS

- AcseLRad, Henri. *Sentidos da sustentabilidade urbana*. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 43-70.
- Bachelard, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Becker, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Bourdieu, Pierre. CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. *O ofício de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Brasil. *Estatuto da Cidade: guia para implantação pelos municípios e cidadãos: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- Fárias, I.; Bender, T. (Eds.). *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Studies*. London: Routledge. 2010.
- Fleury, L. C. *Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a partir da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte*. In: IV ReACT, IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Campinas. 2013.
- Harvey, David. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. São Paulo, Espaço e Debates, nº 39, 1996, p. 48-64.
- Kotler, P. Haider, D., & Rein, I. *Marketing places: attracting investment industry and tourism to cities, states and nations*. New York: The Free Press, 1993.
- Latour, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Bauru, São Paulo: Edusc, 400p. 2012.
- Lay, M.C. *Responsive site design, user environmental perception and behaviour*. 1992. 290 f. Tese (Doctor of Philosophy em Arquitetura) – Post Graduate Research School, School of Architecture, Oxford Brookes University, Oxford, 1992.
- Lynch, K. *A imagem da cidade*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Ministérios Das Cidades. *Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. 2004
- Ocke, M. A. M.; Ikeda, A. A. *Marketing de lugar: estado da arte e perspectivas futuras*. Revista de Administração (São Paulo); 49(4); 671-683; 2014-12.

- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Modelo de gestão 2014-2015*. Porto Alegre, 2014.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Decreto nº 17.767, 02 de maio de 2012*. Acrescenta § 3º ao art. 2º, §§ 3º, 4º e 5º no art. 3º e o § 2º no art. 6º do Decreto nº 14.607, de 28 de julho de 2004.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Decreto nº 17.902, 07 de agosto de 2012*. Estabelece o horário de funcionamento das atividades de bar, restaurante, café e lancheria no Bairro Cidade Baixa.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Decreto nº 19.076, de julho de 2015*. Cria o Polo Gastronômico, Cultural e de Entretenimento da Cidade Baixa, compreendendo o polígono formado pela Av. João Pessoa, Av. Loureiro da Silva, Av. Praia de Belas, Rua Barão do Gravataí, Av. Getúlio Vargas, Praça Garibaldi, Av. Venâncio Aires.
- Randolph, R. *Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil*. Scripta Nova, v. 11, 2007.
- Ranisto, S. Success factors of place marketing: a study of place marketing practice in northern Europe and the United States. Helsinki: Helsinki University of Technology, 2003.
- Reis, A.; Lay, M. C. *As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído*. In: ENCONTRO NACIONAL, 3.; ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1995, Gramado. Anais... Gramado: ANTAC, 1995.
- Sánchez, Fernanda. *A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. Revista Sociologia Política, Curitiba, nº 16, p.31-49, jun. 2001.
- Smith, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. et al. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.
- Souza, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Vainer, C. *Pátria, empresa e mercadoria*. In: ARANTES, O.; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Pretrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- Venturini, T. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. Public Understanding of Science, Londres, v. 19, n.3: 258-273. 2010
- Villaça, F. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo, 2005.